

CRISE ESTRUTURAL DO CAPITAL E NEOLIBERALISMO: TRABALHO E PROLETARIADO

STRUCTURAL CRISIS OF CAPITAL AND NEOLIBERALISM: LABOR AND PROLETARIAT

Frederico Fernando Moisés Lambertucci ¹

Mariana Ersina ²

Resumo

Discutimos neste artigo os fundamentos do neoliberalismo e sua racionalidade específica e os aspectos determinantes da nova morfologia do trabalho no interior da crise estrutural do capital. A nossa hipótese, muito inicial e embrionária é de que a tendência interna da crise estrutural do capital e dos limites absolutos do capital estejam produzindo metamorfoses tanto do ponto de vista formal da relação capital – trabalho quanto na forma salário predominante, isto é, o salário por peça como uma tendência do capital em crise. Essas formas expressam contradições subjacentes entre produção e controle, produção e distribuição e produção e consumo, onde adentra o Estado como suporte indispensável da acumulação capitalista.

Palavras-chave: crise estrutural do capital; morfologia do trabalho; neoliberalismo.

Abstract

In this article, we discuss the foundations of neoliberalism and its specific rationality and the determining aspects of the new morphology of work within the structural crisis of capital. Our hypothesis, very initial and embryonic, is that the internal tendency of the structural crisis of capital and the absolute limits of capital producing metamorphoses both from the formal point of view of the capital-labor relationship and in the predominant wage form, that is, the wage per ask as a trend of capital in crisis. These forms express underlying contradictions between production and control, production and distribution and production and consumption, where the State enters as an indispensable support of capitalist accumulation.

¹ Universidade Federal de Alagoas. E-mail: fredmoizes@hotmail.com.

² Universidade Federal da Grande Dourados. E-mail: marianaersina.c@gmail.com.

CRISE ESTRUTURAL DO CAPITAL E NEOLIBERALISMO: TRABALHO E PROLETARIADO

Keywords: structural crisis of capital; labor morphology; neoliberalism.

Introdução

A discussão que ora apresentamos tem como foco o debate sobre as transformações nas relações sociais de produção capitalistas na era do “neoliberalismo”. A questão buscada incide fundamentalmente sobre: as morfologias do trabalho no neoliberalismo mudaram ontologicamente a determinação mais íntima do proletariado?

O debate não é novo no Serviço Social, o que é relativamente novo nas discussões é tomar o neoliberalismo como uma fase específica do desenvolvimento capitalista, processo esse que não pode se delimitar a uma política econômica de diferente tipo, isto é, uma análise que tome o neoliberalismo como uma decisão direta de uma classe e não como momento do processo de reprodução do capital em certo estágio de seu desenvolvimento interno.

Como nos dizem Cristian Laval e Pierre Dadot

O conhecimento e a crítica do neoliberalismo são indispensáveis. A esquerda radical e alternativa não podem se contentar-se com denúncias e slogans, muitas vezes confusos, parciais ou atemporais. Assim, é errado dizer que estamos lidando com o “capitalismo”, sempre igual a ele mesmo, e com suas contradições, que inevitavelmente levariam à ruína final. [...]. O capitalismo é indissociável da história de suas metamorfoses, de seus descarrilamentos, das lutas que o transformam, das estratégias que o renovam. O neoliberalismo transformou profundamente o capitalismo, transformando profundamente as sociedades. (LAVAL, DADOT, 2016, p. 7)

Determinemos, portanto, características essenciais do modo de ser do neoliberalismo que o distingue segundo Laval e Dadot:

O neoliberalismo não destrói apenas regras, instituições, direitos. Ele também *produz* certos tipos de relações sociais, certas maneiras de viver, certas subjetividades. Em outras palavras, com o neoliberalismo o que está em jogo é nada mais, nada menos que a *forma da nossa existência*, isto é, a forma como somos levados a nos comportar, a nos relacionar com os outros e com nós mesmos. O neoliberalismo define certa norma de vida nas sociedades ocidentais e, para além dela, em todas as sociedades que as seguem no caminho da “modernidade”. (LAVAL, DADOT, 2016, p.16).

Aqui nos concentraremos não nas subjetividades ou como o neoliberalismo – e a nosso juízo se trata realmente da crise estrutural do capital – molda comportamentos e uma específica forma de individuação egoísta³. Aqui, trata-se sobretudo de indicar a correlação estrutural entre

³ Que ao que tudo indica, difere largamente do individualismo possessivo.

CRISE ESTRUTURAL DO CAPITAL E NEOLIBERALISMO: TRABALHO E PROLETARIADO

as formas em que as morfologias do trabalho vão tomando na sociedade onde o neoliberalismo se constitui como forma política da crise estrutural do capital.

O desenvolvimento do capitalismo historicamente sempre teve como seu fundamento o fato de que

O desenvolvimento das forças produtivas e as relações sociais engendradas nesse processo determinam novas *necessidades sociais* e *novos impasses* que passa a exigir *profissionais especialmente qualificados* para o seu atendimento, segundo os parâmetros de “racionalidade” e “eficiência” inerentes à sociedade capitalista. (IAMAMOTO, idem, p. 83).

Mas não apenas se inserem novas profissões, como se inserem novas formas sociais específicas nas relações sociais de produção, inclusive novas racionalidades.

Assim, por exemplo, a racionalidade do neoliberalismo no “mundo do trabalho” pode ser tomada como a racionalidade do indivíduo-empresa.

Mas essa guerra [entre os oligopólios, grifo F.L. e M.E.] visa não apenas a mudar a economia para ‘purificá-la’ das más ingerências públicas, como também transformar profundamente a própria sociedade, impondo-lhe a forcéps a lei tão pouco natural da concorrência e o modelo empresa. (LAVAL, DADOT, 2016, p. 20-1).

Esse modelo-empresa se adequa justamente aquelas transformações no mundo do trabalho que condizem com a precarização do trabalho e a devastação de direitos a que se refere Ricardo Antunes em “O privilégio da Servidão”.

Como é conhecido daqueles familiarizados com a Crítica da economia política, Marx já constatou, em seu livro I de “O Capital” que a lei geral da acumulação capitalista possui uma tendência interna de expulsão de trabalho vivo em relação ao trabalho morto em sua composição orgânica⁴. Isto significa que a longo prazo, mesmo com a geração de setores inteiramente novos na esfera da produção e da circulação, essa tendência permanece como inerente ao desenvolvimento capitalista.

⁴ O sistema do capital em sua forma capitalista, com esses elementos acima citados, opera a partir de certas composições técnicas do capital necessárias ao processo de produção e a essas composições técnicas correspondem certas composições de valor do capital. O conjunto dessas duas formas Marx denomina composição orgânica do capital.

A composição técnica do capital corresponde aos valores de uso, a estrutura material que a força de trabalho põe em movimento. Assim, por exemplo, essa composição depende fundamentalmente de quantos indivíduos são necessários para pôr em movimento certa massa de meios de trabalho.

A composição valor do capital corresponde a quantidade de trabalho abstrato que reside nessa massa mesma de meios de produção a serem postos em movimento e aos salários pagos aos trabalhadores que efetuarão tal atividade de trabalho, portanto se repartem em capital constante e capital variável.

CRISE ESTRUTURAL DO CAPITAL E NEOLIBERALISMO: TRABALHO E PROLETARIADO

A partir de 1970 a situação se agudiza de modo sem precedentes na história da sociabilidade onde reina o capital. Mézáros cunhou o termo de desemprego estrutural na exata medida em que o capital ultrapassou suas necessidades internas e suas possibilidades de absorção da força de trabalho.

Na realidade, o drástico crescimento desemprego nos países capitalisticamente avançados não é um fenômeno recente. Apareceu no horizonte – após duas décadas e meia de expansão relativamente intacta do capital no pós-guerra – com o assalto da *crise estrutural do sistema capitalista* como um todo. Surgiu como o aspecto necessário e cada vez pior dessa crise estrutural. [...]. Do modo como as coisas se colocam atualmente, mesmo de acordo com os quadros oficiais – grosseiramente atenuados –, existem mais de 40 milhões de desempregados nos países industrialmente mais desenvolvidos. Desse quadro, a Europa responde por mais de 20 milhões e a Alemanha – uma vez elogiada por produzir o “milagre alemão” – ultrapassou a marca dos 5 milhões. (MÉSZÁROS, 2007, p. 143)

Esse quadro dramático aponta justamente a necessidade de uma nova racionalidade em direção a devastação do trabalho. Essa massa de força de trabalho sem qualquer possibilidade de absorção pelo capital precisa de uma série de dispositivos que forneçam não só uma explicação de mundo coerente com sua situação social como um sentido global que possibilite ver algum futuro – ainda que esse se avizinha como trágico na realidade – em que esse indivíduo possa “melhorar de vida”.

Daqui as características de uma concorrência subjetivada e total dos indivíduos entre si e o modelo-empresa como forma de organização da vida e o Estado interiorizado na destruição de todas as garantias e direitos uma vez constituídos. Esse fundamento mais geral da lógica da acumulação capitalista nos parece chave para a compreensão da forma neoliberal, ainda que a compreensão da primeira não esgote a segunda.

A devastação do trabalho⁵

⁵ Trabalho tão fundamental ontologicamente, pois, como nota Sérgio Lessa: “Em suma, a importância da centralidade ontológica do trabalho é que ela possibilitou a Marx elucidar como os homens produzem todas as relações e complexos sociais, inclusive a sua essência. Ao fazê-lo, desautorizou todas as ideologias que afirmam ser o capitalismo a última forma possível de sociabilidade humana porque corresponderia à imutável e insuperável essência mesquinha, egoísta e burguesa dos homens.” (LESSA, 2016, p. 32)

CRISE ESTRUTURAL DO CAPITAL E NEOLIBERALISMO: TRABALHO E PROLETARIADO

A uma tal tendência, já citada, da redução da força de trabalho empregada e ao problema da própria concorrência intercapitalista⁶, segue a necessidade do aumento da exploração da força de trabalho empregada.

Como aponta Antunes

Um resultado forte de tais tendências é que, ao contrário da retração ou descompensação da lei do valor, o mundo do capital vem assistindo a uma forte ampliação de seus mecanismos de funcionamento, incorporando novas formas de geração de trabalho excedente (presentes nos trabalhos terceirizados ou pautados pela informalidade etc.), ao mesmo tempo que expulsa da produção um conjunto significativo de trabalhadores (incluindo jovens qualificados e ultraqualificados, muitos dos quais pós-graduados) que não encontram emprego em seus países. Isso sem falar dos enormes contingentes de imigrantes menos qualificados, cujos novos fluxos migratórios (Sul-Norte, Norte-Sul, Sul-Sul, Norte-Norte e Leste-Oeste) aumentam os bolsões de trabalhadores sobrantes, descartáveis, subempregados e desempregados.

O resultado dessa processualidade é que, em todos os espaços possíveis, os capitais convertem o trabalho em potencial gerador de mais-valor, o que inclui desde as ocupações, tendencialmente em retração em escala global, que ainda estabelecem relações de trabalho pautadas pela formalidade e contratualidade, até aquelas claramente caracterizadas pela informalidade e flexibilidade, não importando se suas atividades são mais intelectualizadas ou mais manuais. (ANTUNES, 2018, p. 33)

Essa flexibilidade e informalidade de que se reveste o trabalho na sociedade racionalmente neoliberal possui como tendência interna o recurso do salário por peça como forma específica dessa nova racionalidade.

A nosso ver, o salário por peça⁷ constitui forma privilegiada da relação entre capital e trabalho no “proletariado de serviços⁸”.

Como o capital não se valoriza sem realizar alguma forma de interação entre trabalho vivo e trabalho morto, ele procura aumentar a produtividade do trabalho, intensificando os mecanismos de extração do sobretrabalho, com a expansão do trabalho morto corporificado no maquinário tecnológico-científico-informacional. Nesse movimento, todos os espaços possíveis se tornam potencialmente geradores de

⁶ O problema aqui referido é a tendência dos capitais esgotarem os mercados de forma a 1. O capital adicional empregado na concorrência tem que ser cada vez maior, isto é, a tendência do crescimento do capital constante na composição orgânica para ter lucro extraordinário via transferência de valor do capital menos produtivo para o mais produtivo é cada vez maior, o que torna cada vez mais problemática a sobrevivência mesmo de grandes capitais. 2. Os capitais também esgotam os mercados consumidores uma vez que a contradição entre trabalho vivo e morto chega ao seu ápice. Vale aqui lembrar que o trabalho vivo também constitui parte vital dos realizadores da mais-valia na circulação. A diminuição de um incide diretamente na redução de outro. Desses dois fatores derivam de forma mediada a necessidade de ampliação da exploração sobre uma massa de trabalho menor. (SWEEZY, BARAN, 1978, p.71)

⁷ “O salário por peça nada mais é que uma forma metamorfoseada do salário por tempo, do mesmo modo que o salário por tempo é a forma metamorfoseada do valor ou preço da força de trabalho”. (MARX, 1984, p. 139).

⁸ Há que se notar que discordamos plenamente da ideia de um proletariado de serviços. Pensamos que Marx deixa clara a concepção de proletariado como a classe que produz e valoriza o capital, produz assim a riqueza material e o capital social total, elevando dessa forma a massa de capitais da sociedade como um todo. Tal discussão pode ser conferida no capítulo XIV de O Capital, livro I. (MARX, 1884, p. 105).

CRISE ESTRUTURAL DO CAPITAL E NEOLIBERALISMO: TRABALHO E PROLETARIADO

mais-valor. As TICs, presentes de modo cada vez mais amplo no mundo da produção material e imaterial e que tipificam também os serviços privatizados e mercadorizados, configuram-se como um elemento novo e central para uma efetiva compreensão dos novos mecanismos utilizados pelo capital em nossos dias.

Exemplo emblemático é o do zero hour contract, modalidade perversa de trabalho que viceja no Reino Unido e se esparrama pelo mundo, em que os contratos não têm determinação de horas – daí sua denominação. Nessa modalidade, trabalhadores das mais diversas atividades ficam à disposição esperando uma chamada. Quando a recebem, ganham estritamente pelo que fizeram, nada recebendo pelo tempo que ficaram à disposição da nova “dádiva”. Essa forma de contratação engloba um leque imenso de trabalhadores e trabalhadoras de que são exemplos médicos, enfermeiros, trabalhadores do care (cuidadores de idosos, crianças, doentes, portadores de necessidades especiais etc.), motoristas, eletricitas, advogados, profissionais dos serviços de limpeza, de consertos domésticos, dentre tantos outros. E os capitais informáticos e financeirizados, numa engenhosa forma de escravidão digital, se utilizam cada vez mais dessa pragmática de flexibilização total do mercado de trabalho. (ANTUNES, 2018, p. 36)

Este exemplo de Antunes revela como o salário por peça passa a ser forma predominante, com o adicional de que aqui a vinculação do trabalhador juridicamente, formalmente com aquele capital é fortuita. Na maior parte das vezes a tendência racionalizadora da desregulamentação produz uma forma de salário por peça em que o trabalho parece se relacionar com si próprio.

Evidentemente que um motorista de aplicativo possui uma vinculação real em relação a empresa de aplicativos. No entanto, no cotidiano a não existência jurídica do contrato e o salário por peça aparecem como formas específicas de empreendedorismo a partir do próprio salário.

No fundo o capital se abstém mesmo de parte do capital constante do serviço prestado por essa poção do proletariado. Na medida em que terceiriza os meios de trabalho como condição prévia de adentrar a plataforma de aplicativo e terceiriza o capital variável, já que aqui a própria matéria prima é também de responsabilidade do trabalhador que deve abastecer a máquina (carro).

Esse trabalhador – mas não só ele como todo o setor de serviços produtores de valor – deve ter pela flexibilização contratual e pela determinação do salário por peça ter uma maior disponibilidade de tempo para realizar o trabalho;

Assim, de um lado deve existir a disponibilidade perpétua para o labor, facilitada pela expansão do trabalho on-line e dos “aplicativos”, que tornam invisíveis as grandes corporações globais que comandam o mundo financeiro e dos negócios. De outro, expande-se a praga da precariedade total, que surrupia ainda mais os direitos vigentes. Se essa lógica não for radicalmente confrontada e obstada, os novos proletários dos serviços se encontrarão entre uma realidade triste e outra trágica: oscilarão entre o desemprego completo e, na melhor das hipóteses, a disponibilidade para tentar obter o privilégio da servidão. (ANTUNES, 2018, p. 37)

CRISE ESTRUTURAL DO CAPITAL E NEOLIBERALISMO: TRABALHO E PROLETARIADO

O agravante e o que torna a situação dos trabalhadores de todo o mundo ainda mais grave é o fato de que o desenvolvimento dos setores novos, fundamentalmente os de TI que necessitavam ainda de uma grande força de trabalho adentram no mesmo ciclo do capital nos setores “industriais”.

Tudo isso se coaduna com a denominada indústria 4.0. Essa propositura nasceu na Alemanha, em 2011, concebida para gerar um novo e profundo salto tecnológico no mundo produtivo, estruturado a partir das novas TICs que se desenvolvem celeremente. Ela significará a intensificação dos processos produtivos automatizados, em toda a cadeia geradora de valor, de modo que a logística empresarial seja toda controlada digitalmente.

Sua principal consequência para o mundo do trabalho será a ampliação do trabalho morto, tendo o maquinário digital – a “internet das coisas” – como dominante e condutor de todo o processo fabril, e a conseqüente redução do trabalho vivo, através da substituição das atividades tradicionais e mais manuais por ferramentas automatizadas e robotizadas, sob o comando informacional-digital. (ANTUNES, 2018, p. 41)

O capital desta forma tende a ampliar a contradição entre produção e controle, produção e distribuição e entre produção e consumo chegando aos seus limites absolutos e ativando de forma irrefreável o espectro da crise estrutural do capital.

Crise estrutural do capital e os problemas reprodutivos do capital

Os limites absolutos do capital se vinculam entre si criando a crise da totalidade do capital como um sistema orgânico. É nesse sentido que afirmamos que esses limites existentes foram ativados. Pois o movimento atual se desenvolve no sentido em que todas as forças e tendências internas do capital que concorriam para o desenvolvimento da produção genuína se esgotam criando contradições explosivas desde seu interior.

A primeira questão de caráter mais universal se encontra no desenvolvimento das forças produtivas, que constituiu historicamente a legitimidade do sistema do capital, e que em nosso atual estágio histórico entra em contradição com as relações de produção com o imperativo que só podem continuar operando de forma a tornar o desenvolvimento destas forças produtivas em forças destrutivas para a humanidade. E aqui se insere não apenas o desemprego estrutural irreversível quanto a própria tendência de desvinculação formal do capital do trabalho.

Entendamos que a forma geral do capital D-M- p - M -D’ continua operando como a forma universal da acumulação capitalista, no entanto, do ponto de vista formal, a relação entre

CRISE ESTRUTURAL DO CAPITAL E NEOLIBERALISMO: TRABALHO E PROLETARIADO

D-M desaparece na nova forma em que o salário por peça se insere como predominante nessas relações.⁹

Vale aqui a observação de que o capital se constitui como um ‘pseudo-sujeito’ – já que ele só pode ser trabalho objetivado e alienado, e que não existe sem esse seu conteúdo – domina o processo metabólico de reprodução, e o faz de uma forma específica, transforma-se em uma força externa que só possui vigência enquanto as relações sociais que o criaram existam. Contudo, não é possível ir contra sua lógica nos seus próprios termos, já que sua autorreferência impossibilita qualquer forma alternativa de controle sobre seu próprio processo reprodutivo.

A incontabilidade do capital é o único *modus operandi* possível enquanto o capital constituir o modo de controle da reprodução social. Tal determinação pode ser compreendida na totalidade do capital e em suas unidades particulares, em tais unidades cada capitalista individual só possui controle sobre seu próprio capital e não pode operar de outra maneira que não atendendo os imperativos que emanam do próprio processo reprodutivo do capital, é nesse sentido que dirá Mézáros que os capitalistas “têm de obedecer aos imperativos objetivos de todo o sistema, exatamente como todos os outros, ou sofrer as consequências e perder o negócio.” (MÉSZÁROS, 2011, p. 98). Só podem ser, então, personificações do capital, e nesse sentido “os próprios atores humanos como ‘controladores’ do sistema estão sendo de modo geral controlados e, portanto, em última análise não se pode afirmar a existência de qualquer representante humano auto-determinante no controle do sistema” (MÉSZÁROS, 2011, p. 125-126).

E portanto, as alterações que derivam desse próprio processo reprodutivo, apesar de serem objetivadas por seres humanos, não derivam somente de seus interesses imediato-cotidianos. Isto é, os representantes de capitais como controladores do sistema precisam antes atender determinações objetivas desse próprio sistema social do capital.

É importante situar que as funções auto-impostas, o trabalhador que aparece como “dono do seu próprio trabalho” também está atendendo exigências objetivas de um capital que exerce o controle de seu trabalho, ainda que cotidianamente isto por vezes não apareça com meridiana clareza¹⁰.

⁹ Vale aqui o adendo de que se existe a tendência dessa desvinculação a partir do salário por peça nos serviços, a acumulação capitalista não despensa o salário por tempo na produção da mais-valia na produção material.

¹⁰ O caso das empresas familiares de fundo de quintal são exemplares.

CRISE ESTRUTURAL DO CAPITAL E NEOLIBERALISMO: TRABALHO E PROLETARIADO

Todas as metas de produção, regras de comportamento, são ditadas pelo capital. Exemplar é o caso do aplicativo Uber em que o motorista possui um certo número diário de corridas e de atividade sob o risco de perder o “emprego”, ou na linguagem das empresas, ser desligado do uso do aplicativo.

Temos então que a alienação entre produção e controle permanece existindo mesmo aqui onde o trabalhador não está totalmente desvinculado do seu meio de trabalho. Essa alienação entre produção e controle é característica do capital, pois ele mesmo é ela, ela constitui sua própria substância.

Essa contradição que o capital produz como condição de sua existência de separar produção e controle, mesmo com a inevitável fragmentação das unidades produtivas e o radical antagonismo gerado por elas, é também um dos próprios limites absolutos do capital, condição última de sua existência como modo de controle sóciometabólico e que acompanha o capital peremptoriamente desde sua gênese.

Poderíamos indagar porque algo que é a condição de existência do capital, e que historicamente concorreu para sua ascendência histórica, pôde em certo momento tornar-se um limite absoluto do capital, em suma, como o que constituiu sua força histórica tornou-se em seu contrário, na expressão de contradições que colocam a própria viabilidade do sistema como sistema reprodutivo em questão.

O sistema do capital pôde impor seu domínio sobre o sóciometabolismo por ter em seu quadro de referência sua própria força motriz, o fato de ao assumir o controle do metabolismo o capital tornar-se seu próprio pressuposto como já salientamos acima. Tal fato proporcionou ao capital seu incrível dinamismo.

O capital como modo de controle sóciometabólico é singular na história, isto porque segundo Mészáros, ele “[...] é, na verdade, um sistema de controle *sem sujeito*.” (MÉSZÁROS, 2011, p. 125). A relação causal do capital se sobrepõe as suas personificações particulares, de modo que a subjetividade destes fica subordinada aos imperativos e determinações objetivas do capital. É por este motivo que os indivíduos que são “chamados” a colocar em ação como diretrizes práticas os imperativos do capital, só podem ser vistos como personificações do capital, e nessa medida os controladores estão de maneira geral sendo controlados, e, “portanto, em última análise, não se pode afirmar a existência de qualquer representante humano auto-determinante no controle do sistema” (MÉSZÁROS, 2011, p. 126)

CRISE ESTRUTURAL DO CAPITAL E NEOLIBERALISMO: TRABALHO E PROLETARIADO

Tratemos de outro conjunto de problemas, desta vez os que surgem inevitavelmente da ruptura entre produção e consumo, característica do sistema do capital, e forma ineliminável de sua reprodução metabólica.

Temos aqui uma questão que gera graves problemas para o capital. De um lado a produção é apenas uma parte da reprodução econômica da sociedade que se segue pela distribuição e consumo. Em modos de produção autossuficientes o consumo e a produção possuem uma vinculação mediada por outros complexos como moral e etc.¹¹, além das exigências reprodutivas, em suma, reproduzir a vida dos indivíduos.

A ruptura entre produção e consumo com vigência específica no sóciometabolismo do capital, no entanto, transforma a relação entre esses dois momentos em um antagonismo que não pode ser solucionado no interior dos moldes e da ordem sócio reprodutiva em questão.

Se por um lado o trabalhador é o produtor da riqueza social – mesmo com a insistência dos ideólogos em nos dizer que os capitalistas produzem toda riqueza – por outro lado ele é também o consumidor dessa mesma riqueza produzida. O sistema do capital em sua ascendência só pôde garantir sua existência e viabilidade reprodutiva conforme possuiu a capacidade de não só se expandir para a *totalidade extensiva*, isto é, para todo o globo terrestre, mas também pela sua capacidade de em seus parâmetros se expandir pela *totalidade intensiva*, primordialmente através da exploração pela forma da mais-valia relativa.

Ao mesmo tempo, isto demonstra o crescimento da importância da classe trabalhadora como consumidora, – crescimento este que é visualizável empiricamente no século XX – a reprodução fica cada vez mais hipotecada ao trabalhador adentrar como consumidor na esfera da circulação. As personificações do capital, mesmo com gastos astronômicos em mercadorias de luxo, com função de manutenção do sistema, não conseguem por si só manter a reprodução de forma a corresponder às necessidades reprodutivas do capital.

11 Aqui basta apontar a gigantesca discussão no interior do marxismo sobre a política como uma mediação ontológica do ser social, ou como um complexo que assim como o Direito, o Estado, a Propriedade Privada só aparece e só subsiste nas sociedades de classe. Cabe assinalar a discussão pelo seu caráter crucial, a supressão das mediações de segunda ordem impõe que outras mediações se desenvolvam tornando possível o sóciometabolismo em uma sociedade emancipada. A discussão se a política como um complexo da vida social constitui um complexo ontológico do ser social se divide entre autores para quem a política tem um caráter ontopositivo e outros para quem teria um caráter ontonegativo. Entre os primeiros se inserem autores como Gramsci, Lukács e no Brasil, até onde sabemos Ivo Tonet, José Paulo Netto e Carlos Nelson Coutinho. De outro lado, a posição de autores como Mészáros, Borón e no Brasil José Chasin e Sérgio Lessa. Aqui só remetemos a essa questão que não nos parece de pouca monta e pensamos que a concepção da ontonegatividade da política é mais fiel a concepção marxiana como aparece nas “Glosas críticas marginais ao Artigo ‘O Rei da Prússia e a reforma social’ e um prussiano”. Contudo, tal discussão precisa de um estudo histórico-genético, ainda não realizado.

CRISE ESTRUTURAL DO CAPITAL E NEOLIBERALISMO: TRABALHO E PROLETARIADO

Isto tem como corolário do neoliberalismo um fato fundamental que precisa necessariamente tornar o desejo de “menos Estado” apenas um sonho romântico. Os ideólogos do neoliberalismo na realidade sabem que isso não passa de fraseologia. Justamente na medida em que o Estado, além de cumprir seu papel totalizador, ajustando “suas funções reguladoras em sintonia com a dinâmica variável do processo de reprodução socioeconômico, complementando politicamente e reforçando a dominação do capital” (MÉSZÁROS, 2011, p. 110), tem que adentrar como consumidor direto sempre em escala crescente¹². Além dos gastos no provimento de necessidades reais, como educação, saúde e etc. torna-se cada vez mais necessário o dispêndio de quantias cada vez maiores para assegurar a reprodução, isto através não apenas da alimentação da burocracia político-jurídica, mas também do complexo militar-industrial, absolutamente perdulário, mas exigência reprodutiva do capital como atenuante da contradição entre produção e consumo.

O que cabe ainda salientar, é que tal situação só pode se sustentar, enquanto o desperdício de recursos, aliado aos gastos de Estado para fins da reprodução do capital só pode se sustentar enquanto os critérios – absolutamente cegos – de produtividade social forem atendidos, isto é, enquanto o Estado moderno puder contribuir para a reprodução e acumulação do capital.

A contradição que constitui um defeito estrutural da ordem metabólica do capital é a dissociação entre produção e circulação. Aqui a contradição se desenvolve entre a irrefreável necessidade do capital de se afirmar como uma força global, como capital social total e a forma necessária do Estado ser a forma de Estado nacional com seus limites. A estrutura corretiva de comando político do capital fica confinada em face da necessidade do capital se afirmar globalmente.

As tendências que nascem dessa situação são, em primeiro lugar, a *taxa diferencial de exploração*, forma pela qual o Estado tenta resolver a contradição com o que o Méészáros chama de “duplo padrão”:

...em casa (ou seja, nos países ‘metropolitanos’ ou ‘centrais’ do sistema do capital global), um padrão de vida bem mais elevado para a classe trabalhadora – associado à democracia liberal – e, na ‘periferia subdesenvolvida’, um governo maximizador da exploração, implacavelmente autoritário (e, sempre que preciso, abertamente ditatorial), exercido diretamente ou por procuração. (MÉSZÁROS, 2011, p. 111).

¹² Dada a já citada tendência a expulsão de trabalho vivo e as formas cada vez mais precárias de trabalho, que se de um lado aumentam a exploração de outro diminuem a massa de trabalho vivo existente para realizar a massa de mercadorias.

CRISE ESTRUTURAL DO CAPITAL E NEOLIBERALISMO: TRABALHO E PROLETARIADO

No entanto, esse “duplo padrão” não se destina a permanecer como um aspecto permanente do ordenamento global do capital. ” (MÉSZÁROS, 2011, p. 111). Segundo Mészáros ele:

[...] se limita às condições de ascendência histórica do sistema, enquanto a expansão e a acumulação tranquilas proporcionarem a margem de lucro necessária que permita um índice de exploração relativamente favorável da força de trabalho nos países metropolitanos, em relação às condições de existência da força de trabalho no resto do mundo. (MÉSZÁROS, 2011, p. 111).

O Estado muda sua política conforme as condições variantes da acumulação e as necessidades de expansão do capital determinarem no seu curso histórico. O Estado aparece como estrutura de comando político necessária aos processos do capital, e tem de responder objetivamente aos interesses da acumulação. Mesmo que em alguns momentos tenha de agir de forma invertida na relação com seu capital nacional com algumas medidas e nas pretensões internacionais com o quadro inverso.

As tendências intrínsecas do capital à centralização e concentração pelas próprias legalidades internas do seu processo reprodutivo são contra arrastadas¹³ por medidas paliativas do Estado visando a proteção da acumulação e manutenção de unidades produtivas viáveis, mesmo que isso contrarie as tendências de concentração e centralização em favor da força combinada do capital nacional total.

De outro lado, quando se trata do plano internacional, o Estado necessariamente tem de atuar fortalecendo e dando suporte ao seu capital, e não há nenhum interesse em restringir qualquer medida antimonopolista, opostamente, o Estado tem de adentrar a competição como força propulsora do capital, e nesse sentido o apoio político e militar tornam-se medidas corriqueiras para se vencer a concorrência monopolista no plano internacional.

Por isso:

No sistema do capital, o Estado deve afirmar, com todos os recursos à sua disposição, os interesses monopolistas de seu capital nacional – se preciso, com a imposição da ‘diplomacia das canhoneiras’ – diante de todos os Estados rivais envolvidos na

¹³ Isto ocorre apenas na medida necessária aos imperativos reprodutivos, mesmo quando o Estado aparentemente está indo contra o capital, ou exercendo algum grau de “controle”, o que de fato ocorre é que a aparente contrariedade as tendências do capital pelas medidas estatais concorrem para a afirmação e a preservação do sistema sócio-metabólico do capital e não a sua negação. Daí que a estatização, entendida como medida “socialista” nunca passou de devaneio, justamente porque a depender do momento sócio-histórico, a estatização pode ser uma medida necessária ao capital. Mesmo quando o Estado põe políticas anti-monopolistas, ele não está negando as determinações do capital, mas afirmando necessidades históricas particulares da dinâmica reprodutiva do capital, necessidades que derivam da acumulação do capital.

CRISE ESTRUTURAL DO CAPITAL E NEOLIBERALISMO: TRABALHO E PROLETARIADO

competição pelos mercados necessários à expansão e à acumulação do capital. (MÉSZÁROS, 2011, p. 113).

Essa contradição entre a necessidade inerente do capital global total e o Estado nacional demonstra todo seu antagonismo quando observada a partir dos critérios da lei de *desenvolvimento desigual*, lei sob a qual a forma em que tal antagonismo vigora só pode ser destrutiva. Isto pois, dado seu imperativo cego de reprodução faz com que no próprio desenvolvimento do capital haja uma tendência inexorável a destrutividade, mesmo dentro dos parâmetros da ascendência histórica do capital. Isto é observável, por exemplo, no desenvolvimento das tendências à concentração e centralização com a qual o capital subjugou e devorou as unidades produtivas mais fracas.

A contradição entre produção e distribuição em Mézáros comparece na necessária contradição entre o capital transnacional e o Estado nacional. Tal contradição se desenvolve, dada a tendência – *necessária* – de expansão do capital, do impulso inerente a generalidade – mesmo que isso seja motivo de espanto para os “teóricos” da globalização – e o ineliminável caráter nacional do Estado.

O capital, mesmo hoje objetivamente universal, necessita do Estado, e conforme aumentam suas dificuldades, aumenta a necessidade deste.

A natureza do capital e sua forma de operar, e isso principalmente a partir da fase monopolista do capital, tornam a relação de dominação entre os Estados, e não só entre os Estados dos países capitalisticamente avançados e os países do chamado “Terceiro mundo”, mas mesmo entre os países hegemônicos, em oposição crescente. A era da “cooperação” entre Estados que constituiu a fase de ascendência histórica, torna o Estado o veículo mais potente da concorrência entre os capitais monopolistas para afirmar seu poder global.

As unidades econômicas fragmentadas, ademais que operem como um capital multinacionalizado, possuem em última e necessária medida a ligação com o Estado nacional, são nesse termo: transnacionais. A afirmação do capital sobre as necessárias áreas de expansão e acumulação – e isto ocorre pelo modo de expansão do capital se limitar hoje a *totalidade intensiva* – tem que irresistivelmente se apegar as possibilidades de expansão mediadas pelo Estado, seja na forma de guerras com suas múltiplas facetas; ao terror, a conflagração da “democracia” nos países “ditatoriais” e etc. Seja na forma de dominação externa de regiões via acordos “diplomáticos”.

CRISE ESTRUTURAL DO CAPITAL E NEOLIBERALISMO: TRABALHO E PROLETARIADO

A “autonomia” do Estado frente as necessidades objetivas da reprodução sociometabólica do capital torna-se um sonho belo, uma ilusão com seguidores de fé. A crença na autonomia do Estado se esvai tão logo observamos a objetiva necessidade posta pela insuficiência de sua reprodução material, que só pode ser atendida para fora de suas fronteiras, as quais seu controle político é absolutamente limitado, independente de quão grandes possam ser suas forças militares.

Conclusão

Nesse quadro de referências podemos visualizar como o capital na sua fase de desenvolvimento descendente, com sua racionalidade neoliberal, produz uma morfologia que tem como determinante a crise estrutural do capital e a ativação de limites absolutos, especificamente as contradições entre produção e controle e produção e consumo que se agudizam.

Essas contradições que já habitavam o centro nervoso do sistema do capital se desenvolveram ao ponto de reativarem nos últimos 20 anos formas de trabalho e relações contratuais de trabalho do século XVIII. Como Clio¹⁴ é irônica, isto foi feito a partir das forças produtivas mais avançadas que a humanidade já produziu, do T.I. até as I.A. como forças produtivas do capital orientadas a expansão pela via da mais-valia.

Essa ampliação da mais-valia realizada na devastação dos direitos trabalhistas em todo o “terceiro-mundo” tem como solo e base o desemprego estrutural, resultado do processo interno da lei geral da acumulação capitalista e de sua tendência ao aumento da composição orgânica do capital. A mesma dinâmica produz ao mesmo tempo a devastação de sua fonte valorizadora e a existência supérflua – do ponto de vista do capital – de milhares de seres humanos.

Isto é o quadro geral que explicita a necessidade do modelo-empresa como forma de vida e da subjetivação do trabalhador como empreendedor, quando no fundo sua vinculação de personificação do trabalho na relação capital – trabalho se vê mistificada sob a quebra do contrato de trabalho e sob a forma do salário por peça.

¹⁴ Deusa grega da História.

CRISE ESTRUTURAL DO CAPITAL E NEOLIBERALISMO: TRABALHO E PROLETARIADO

Essa mistificação ainda possui como elemento o fato de que aqui os meios de trabalho – seja o carro do Uber, seja a moto de um entregador do Ifood, seja até o computador de um funcionário de T.I. que faz Home Office – é propriedade do indivíduo que trabalha, e portanto, no cotidiano isto comparece como prova de sua liberdade e controle sob seu próprio trabalho. Aparência que como desenvolvemos acima é falsa.

Por fim, a tendência interna do capital de exponenciar o trabalho por peça e as necessidades cada vez mais urgentes do capital em atenuar a contradição entre produção e consumo parecem apontar para a direção em que Laval e Dadot apontam em *A Nova Razão do Mundo*. Uma sociedade que ao possuir no Estado um órgão cada vez mais necessário a reprodução do capital para o consumo é requerida uma racionalidade especificamente antidemocrática, que se formalmente permanece nos termos da democracia, é alijada do conteúdo e da substância desta.

Dessa forma, as conquistas históricas do proletariado e da classe trabalhadora em geral que se consolidaram em algum grau dentro dos limites sempre determinantes da acumulação capitalista, hoje se tornam sempre mais empecilhos para a continuidade da própria existência do capital. Surge dessa forma no horizonte a abertura da época histórica da destruição total. Se essa destruição será do capital ou da humanidade, é algo completamente em aberto e dependente da força política do trabalho enquanto antagonista estrutural do capital.

Referências Bibliográficas

ANTUNES, Ricardo. **Privilégio da servidão**. São Paulo: Boitempo, 2018.

DARDOT, Pierre. LAVAL, Christian. **A nova razão do mundo**: ensaio sobre a sociedade neoliberal. São Paulo: Boitempo, 2016.

IAMAMOTO, Marilda Villela; CARVALHO, Raul de. **Relações sociais e serviço social no Brasil**: Esboço de uma interpretação histórico-metodológica. 41.ed. São Paulo: Cortez, 2014.

LESSA, Sérgio. **Trabalho e proletariado no capitalismo contemporâneo**. 2.ed. São Paulo: Cortez, 2011.

LUKÁCS, Georg. **Para a ontologia do ser social volume 14**. Maceió: Coletivo Veredas, 2018.

MARX, Karl. **O capital**: Crítica da economia política. São Paulo: Abril Cultural, 1984.

CRISE ESTRUTURAL DO CAPITAL E NEOLIBERALISMO: TRABALHO E PROLETARIADO

MASCARO, Alysson. **Estado e forma política**. São Paulo: Boitempo, 2013.

MÉSZÁROS, István. **O desafio e o fardo do tempo histórico**. O socialismo no século XXI. São Paulo: Boitempo, 2007.

MÉSZÁROS, István. **Para além do Capital**: Rumo a uma teoria da transição. São Paulo: Boitempo, 2011.